

BR Towers SPE1
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
BR Towers SPE1 S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras BR Towers SPE1 S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BR Towers SPE1 S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Provisão para desmobilização de ativos (Notas explicativas: 2.4, 3.8 e 11)

No curso normal de suas operações, a Companhia incorre em obrigações contratuais para desmobilização de torres e cavaletes (*roof tops*) instalados em imóveis alugados.

Estimar os custos associados a estas atividades futuras e o valor justo das obrigações de desmobilização desses ativos exigem considerável julgamento em relação a fatores como o período de utilização das torres, taxas de inflação e de desconto, além de determinadas premissas econômicas como valores originais que são cotados por fornecedores específicos.

Devido ao grau de julgamento e incertezas envolvidos na mensuração da provisão de desmobilização de ativos e aos impactos que eventuais alterações nas premissas utilizadas no cálculo da referida provisão podem ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos os estudos realizados por engenheiros internos da Companhia e especialistas externos para reavaliação do custo da desmobilização das torres e avaliamos a razoabilidade do cálculo matemático efetuado para determinação dos valores.

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas utilizadas para a determinação do desconto do fluxo de caixa futuro da provisão para desmobilização dos ativos, e avaliamos a razoabilidade do cálculo utilizado pela Companhia nas construções das curvas e modelos internos de projeção dos juros, comparando as premissas e os modelos com as práticas de mercado. Avaliamos ainda a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento para desmobilização de ativos e as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração à respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Leslie Nares Laurenti
Contadora CRC 1SP215906/O-9

BR Towers SPE1 S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	90.904	82.971	Fornecedores	10	10.367	8.888
Contas a receber de clientes	5	18.249	17.288	Impostos a recolher		1.656	3.734
Impostos a recuperar		-	198	Debêntures	8	41.407	35.604
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		5.048	3.209	Contas a pagar a partes relacionadas	9	20.844	14.592
Outros créditos		<u>141</u>	<u>3</u>	Adiantamentos de clientes		71	92
				Outras contas a pagar		<u>15</u>	<u>-</u>
Total do ativo circulante		<u>114.342</u>	<u>103.669</u>	Total do passivo circulante		<u>74.360</u>	<u>62.910</u>
Aplicação financeira em garantia	6	14.581	13.670	Debêntures	8	268.646	296.987
Ativo fiscal diferido	18	16.486	15.693	Provisão para desmobilização	11	100.730	81.559
Contas a receber de clientes	5	1.034	616	Provisão de contingências	12	691	489
Outros créditos		<u>1.165</u>	<u>111</u>	Adiantamentos de clientes		<u>517</u>	<u>528</u>
Total do realizável a longo prazo		<u>33.266</u>	<u>30.090</u>	Total do passivo não circulante		<u>370.584</u>	<u>379.563</u>
Imobilizado	7	<u>511.780</u>	<u>506.808</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	13	211.369	211.369
				Reserva legal		1.523	-
				Dividendos adicionais propostos		1.552	-
				Prejuízo acumulados		<u>-</u>	<u>(13.275)</u>
Total do ativo não circulante		<u>545.046</u>	<u>536.898</u>	Total do patrimônio líquido		<u>214.444</u>	<u>198.094</u>
				Total do passivo		<u>444.944</u>	<u>442.473</u>
Total do ativo		<u><u>659.388</u></u>	<u><u>640.567</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>659.388</u></u>	<u><u>640.567</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	14	179.121	148.619
Custo dos serviços de locação	15	<u>(95.487)</u>	<u>(77.006)</u>
Lucro bruto		83.634	71.613
Despesas gerais e administrativas	16	<u>(10.744)</u>	<u>(8.783)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		72.890	62.830
Receitas financeiras	17	8.696	9.968
Despesas financeiras	17	<u>(42.737)</u>	<u>(55.594)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(34.041)</u>	<u>(45.626)</u>
Resultado operacional antes do imposto de renda e contribuição social		38.849	17.204
Correntes	18	(9.179)	(4.004)
Diferido	18	<u>793</u>	<u>15.693</u>
Lucro líquido do exercício		<u>30.463</u>	<u>28.893</u>
Lucro por ação do exercício (expresso em R\$ por ação)		0,12	0,11
Lucro básico/diluído por lote de mil ações		<u>116,55</u>	<u>110,54</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro do exercício	<u>30.463</u>	<u>28.893</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>30.463</u></u>	<u><u>28.893</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstração da mutação no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucro (prejuízo) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	<u>211.369</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(27.558)</u>	<u>183.811</u>
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(14.610)	(14.610)
Lucro do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.893</u>	<u>28.893</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>211.369</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.275)</u>	<u>198.094</u>
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(14.113)	(14.113)
Constituição de reserva	-	1.523	1.552	(3.075)	-
Lucro do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.463</u>	<u>30.463</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u><u>211.369</u></u>	<u><u>1.523</u></u>	<u><u>1.552</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>214.444</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	30.463	28.893
Ajustes de		
Depreciação	33.062	31.179
Juros sobre empréstimos e apropriação do custo da dívida	31.894	45.698
Atualização provisão para desmobilização	10.647	9.732
Baixas líquidas de imobilizado	75	313
Provisão para contingências	202	429
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	398	848
Provisão de compras, serviços prestados e aluguel	(21)	29
Linearização da receita e receita diferida	(490)	169
Linearização da custos de serviços prestados	95	-
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	8.386	(11.689)
Rendimento de aplicação financeira de longo prazo	(1.305)	(1.662)
	<u>113.406</u>	<u>103.939</u>
Variações no capital circulante		
Variação de ativos		
Contas a receber de clientes	(1.359)	(7.280)
Impostos a recuperar	(2.843)	(3.170)
Outros créditos	(1.287)	(114)
Variação de passivos		
Fornecedores	1.311	3.161
Impostos a recolher	(2.078)	5.155
Contas a pagar a partes relacionadas	4.326	(5.102)
Adiantamentos de clientes	40	666
	<u>111.516</u>	<u>97.255</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		
	<u>111.516</u>	<u>97.255</u>
Impostos pagos sobre o lucro	(7.977)	(5.832)
Juros pagos	(23.001)	(24.198)
	<u>80.538</u>	<u>67.225</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
	<u>80.538</u>	<u>67.225</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira em garantia	394	(469)
Aquisição de imobilizado	(29.149)	(26.883)
	<u>(28.755)</u>	<u>(27.352)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
	<u>(28.755)</u>	<u>(27.352)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(31.431)	(24.508)
Liquidação de juros sobre capital próprio	(12.419)	-
	<u>(43.850)</u>	<u>(24.508)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		
	<u>(43.850)</u>	<u>(24.508)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	7.933	15.365
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	82.971	67.606
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	90.904	82.971
Variação do caixa e equivalentes	<u>7.933</u>	<u>15.365</u>
Variações de ativo e passivo que não afetam o caixa		
Aquisição de imobilizado não pago	436	1.277
Provisão para desmobilização registrada contra ativo imobilizad	8.524	1.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas		
Receitas de locações	<u>197.420</u>	<u>163.854</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>65.188</u>	<u>48.425</u>
Valor adicionado bruto	132.232	115.429
Depreciação e amortização	<u>33.062</u>	<u>31.179</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>99.170</u>	<u>84.250</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>8.696</u>	<u>9.968</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>107.866</u>	<u>94.218</u>
Distribuição do valor adicionado		
Salários e encargos	7.283	5.608
Impostos, taxas e contribuições federais	23.922	950
Despesas administrativas	3.461	3.173
Despesas financeiras	42.737	55.594
Lucro do exercício	<u>30.463</u>	<u>28.893</u>
Valor adicionado distribuído	<u>107.866</u>	<u>94.218</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BR Towers SPE1 S.A. ("Companhia") foi legalmente constituída em 17 de agosto de 2011, e possui sede na cidade de São Paulo, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, a comercialização de equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações e empreendimentos imobiliários, e a administração por conta própria de bens imóveis.

A Companhia atualmente desempenha como atividade preponderante a cessão de uso de infraestrutura compartilhada para a indústria de Telecomunicações (aluguel de infraestrutura).

Em 13 de junho de 2014 foi assinado Contrato de Venda e Compra das Ações de emissão da BR Towers S.A (Companhia) e BRT Holding 1 S.A e BRT Holding 2 S.A. (controladoras) visando a transferência da totalidade das ações de emissão das empresas BRT para a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 28 de outubro de 2014 e sua efetivação, em 19 de novembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, o controle de 100% do capital foi transferido para a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda., através da incorporação da BR Towers S.A.

2 Base de preparação

2.1 Base de mensuração

As informações contábeis das demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16 de março de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas a seguir:

- Determinação do arrendamento financeiro operacional.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas notas explicativas:

- **Nota 3.4 (iii)** - Depreciação do ativo imobilizado
- **Nota 11** - Provisão para desmobilização
- **Nota 12** - Contingências

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Arrendamentos

Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

3.2 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, Empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento*

A Administração da Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - Mensuração*

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não detém instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

3.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber por aluguel de torres de transmissão e *roof tops* para telefonia celular no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos dos custos de desmobilização, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado", deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Os custos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item de ativo imobilizado tem vida útil diferente, eles são registrados como itens individuais (componentes principais) de ativo imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Torres e <i>roof tops</i>	20	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5 Redução ao valor recuperável - *Impairment*

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Em 31 de dezembro de 2017 não havia qualquer indicação de perda no valor recuperável de ativos.

3.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

3.8 Provisão para desmobilização

A provisão é realizada tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e roof tops instalados em imóveis alugados de terceiros, de forma a registrar a melhor estimativa, a valor de mercado, do montante de recursos necessários, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e ICPC 12 - "Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares".

O valor justo da obrigação de desmobilização das torres é reconhecido no período em que os custos são incorridos, os quais são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos correspondentes às torres e amortizados durante a sua vida útil estimada. As estimativas de valor justo das obrigações de desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados e o seu registro no passivo é feito em decorrência do tempo, como despesa operacional. Adicionalmente, são realizados ajustes ao passivo da obrigação para a desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo imobilizado, quando aplicável.

Alterações subsequentes na estimativa do custo de desmobilização são reconhecidas contra o ativo subjacente.

3.9 Capital social

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

3.10 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da locação das torres e *roof tops* no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita mensalmente tendo como base a utilização, pelo locatário, dos espaços locados pela Companhia, e quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, 84% das receitas da Companhia estavam concentradas em um único cliente.

3.11 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.12 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variação cambial. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.13 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.14 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.15 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.16 Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

3.17 Segmentos operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

As decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas nos serviços conjuntos de locação de torres de telecomunicações. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento.

3.18 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A seguir apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados, que não houveram adoções antecipadas, e/ou, serão efetivos nos próximos exercícios sociais:

IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15 / CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 / IAS 18 - Receitas.

A IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 / IAS 18 e CPC 17 / IAS 11), em relação ao reconhecimento da receita. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas.

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 / CPC 48, em substituição ao CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma exige que a Companhia realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma e não espera que esta norma produza impacto relevante nas demonstrações financeiras.

IFRS 16 - Arrendamento Mercantil

Tem o objetivo de unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Bancos	452	70
Aplicações financeiras	90.452	82.901
	<u>90.904</u>	<u>82.971</u>

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a debêntures compromissadas de bancos de primeira linha remunerada as taxas que variam entre 99 a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), resgatáveis em até 90 dias a contar de sua contratação.

5 Contas a receber de clientes

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes	18.249	17.474
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e reserva	-	(186)
	18.249	17.288
Realizável a longo prazo		
Contas a receber de clientes	1.697	1.279
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e reserva	(663)	(663)
	1.034	616
Movimentação da provisão	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	849	-
Adição	398	849
(Baixa)	(584)	-
Valor final	663	849

As contas a receber de clientes referem-se substancialmente a locação de torres e roof tops de telecomunicações, assim como receitas de compartilhamento e locação de solo para outras operadoras de telecomunicação. O valor no realizável a longo prazo refere-se à um acordo realizado com cliente Oi, que será pago nos próximos 5 anos, a partir de 2018. Para esse valor foi constituída uma reserva de 50% sobre o saldo das contas a receber de clientes no ativo não circulante, com base na análise de risco e na probabilidade de recebimento.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa e reserva foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A metodologia de apuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa é de provisionar os títulos vencidos a mais de 90 dias, sem que haja garantias reais.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil das contas a receber.

A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

6 Aplicação financeira em garantia

A Companhia efetuou aplicações em Debêntures Compromissadas com remuneração de 99 a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações financeiras foram efetuadas como depósito caução para garantia da 2ª emissão de debêntures da Companhia. De acordo com as cláusulas de covenants, a Companhia deve manter saldo médio em aplicação financeira até seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2017 o valor dessas aplicações financeiras era de R\$ 14.581 (R\$ 13.670 em 31 de dezembro de 2016). Essa garantia respeita a cláusula de covenants, conforme descrito na Nota 8.

7 Imobilizado

Custo	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2016	587.990	4.085	592.075
Adições	3.973	24.187	28.160
(Baixas)	(98)	(215)	(313)
Transferências	24.236	(24.236)	-
Em 31 de dezembro de 2016	<u>616.101</u>	<u>3.821</u>	<u>619.922</u>
Adições	1.088	37.021	38.109
(Baixas)	-	(75)	(75)
Transferências	36.681	(36.681)	-
Em 31 de dezembro de 2017	<u>653.870</u>	<u>4.086</u>	<u>657.956</u>
Depreciação	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2016	(81.935)	-	(81.935)
Adições	(31.179)	-	(31.179)
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	<u>(113.114)</u>	<u>-</u>	<u>(113.114)</u>
(Adições)	<u>(33.062)</u>	<u>-</u>	<u>(33.062)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>(146.176)</u>	<u>-</u>	<u>(146.176)</u>
Valor contábil	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2016	502.987	3.821	506.808
Em 31 de dezembro de 2017	507.694	4.086	511.780

Do valor total de imobilização em andamento, há o montante de R\$ 436 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.277 em 31 de dezembro de 2016) que ainda está em aberto em fornecedores a pagar, e R\$ 8.524 que foi contabilizado em Provisão para desmobilização, sendo as transações que não afetaram caixa.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27, a Companhia realiza periodicamente avaliação da vida útil de seus ativos imobilizados.

8 Debêntures

	31/12/2017	31/12/2016
Financiamentos no circulante	41.407	35.604
Financiamentos no não circulante	268.646	296.987
	<u>310.053</u>	<u>332.591</u>
	31/12/2017	31/12/2016
Movimentação do empréstimo		
Saldo inicial	332.591	335.599
Amortização de principal	(31.431)	(24.508)
Juros apropriados no exercício	31.464	45.221
Pagamento de juros	(23.001)	(24.198)
Apropriação do custo da dívida	430	477
	<u>310.053</u>	<u>332.591</u>
Valor final	<u>310.053</u>	<u>332.591</u>

(a) 1ª emissão de Debentures

Em 26 de outubro de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples no valor de R\$ 251.368, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. A Companhia captou o recurso com o Banco Santander, Banco do Brasil e Banco Votorantim por meio de integralização de debêntures, a um custo de CDI + 3,4% a.a., com um ano de carência de principal, e vencimento em 26 de outubro de 2022. Esse recurso foi utilizado para o financiamento de 50% (cinquenta por cento) do valor referente à aquisição, de 895 torres e 1.017 roof tops de telecomunicações de propriedade da Vivo S.A. Em 01 de novembro de 2013 a Companhia liquidou antecipadamente a primeira emissão de debêntures com pagamento total de R\$ 252.975.

Custos de transação

Os custos de transação incorridos nas captações de recursos por meio da contratação das debêntures no montante de R\$ 6.316 foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido das debêntures, conforme determinado pelo CPC 08 (R1), para evidenciar o valor líquido recebido, e no momento da liquidação antecipada, o saldo foi integralmente reconhecido no resultado.

(b) 2ª emissão de Debentures

Em 15 de outubro de 2013, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples no valor de R\$ 300.000, não conversíveis em ações, para distribuição pública, a um custo definido de IPCA + 7,4% a.a., os pagamentos de juros e principal serão realizados trimestralmente, iniciando em 15 de janeiro de 2014 e a última parcela em 15 de outubro de 2023. Esse recurso foi utilizado para a amortização antecipada total da 1ª emissão de debêntures da companhia, para compor a garantia de conta reserva e para redução de capital. São garantias dessa operação: (i) alienação fiduciária de 100% das ações e; (ii) Cessão Fiduciária dos direitos de crédito da Companhia.

Custos de transação

Os custos de transação incorridos nas captações de recursos por meio da contratação das debêntures no montante de R\$ 3.339 estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido das debêntures, conforme determinado pelo CPC 08 (R1), para evidenciação do valor líquido recebido. Os encargos financeiros da dívida são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de vencimento das debêntures.

O montante amortizado do custo das transações para o exercício foi de R\$ 430.

Cláusulas contratuais - covenants

As debêntures emitidas possuem cláusulas contratuais de covenants que exigem determinadas condições como; não ter 2 knots de downgrade no rating da emissão; apenas distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio quando cumpridas algumas condições estabelecidas na escritura; manter durante a vigência da emissão o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em no mínimo 1,10; não contratar novos financiamentos em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000 e manter o índice de alavancagem acima de 30%

9 Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	31/12/2017
Fluxo de caixa ajustado	119.817
Caixa inicial s/ conta reserva	89.644
FCO - fluxo de caixa operacional	37.940
FCI - fluxo de caixa de investimento	(7.767)
Dívida onerosa	14.093
Amortização	8.463
Juros pagos	5.630
ICSD - Índice de cobertura de serviço da dívida	8,50

10 Índice de Alavancagem

	31/12/2017
Capital social	211.369
Total passivo e patrimônio líquido	659.388
Índice de alavancagem	32,1%

A Companhia está atendendo as obrigações previstas e requisitos para cumprimento das cláusulas contratuais - *covenants*.

11 Partes relacionadas

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante		
American Tower do Brasil (i)	20.682	14.468
LAP do Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltda. (ii)	162	33
American Tower Corporation (ii)	-	52
ATC Mexico Holding Corp. (ii)	-	39
	<u>20.844</u>	<u>14.592</u>

- (i) O saldo refere-se ao montante líquido entre valores a pagar e a receber com a controladora American Tower do Brasil, por conta da venda de ativos e despesas incorridas entre essas entidades, que são alocadas mediante critério de rateio previamente definido pela controladora, aplicado de maneira uniforme.
- (ii) O saldo refere-se a valores a pagar referentes a serviços prestados.

Com a reestruturação societária e organizacional mencionada na Nota 1, o grupo concentra os custos e despesas denominados “corporativos” na controladora que os repassa para suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2017 o critério de rateio seguido pela controladora American Tower, foi assim determinado: rateio das despesas operacionais de acordo com o percentual definido pela controladora.

a. Remuneração do pessoal-chave

Pessoal-chave da administração inclui a presidência e toda a diretoria que juntos recebem uma remuneração no ano de 2017, paga e rateada pela controladora, no montante de R\$ 143 (R\$ 126 em 2016).

b. Benefício pós-emprego

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a diretoria ou membros do Conselho de Administração.

12 Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores	4.298	3.735
Aluguéis de imóveis a pagar	6.069	5.153
	<u>10.367</u>	<u>8.888</u>

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía saldos a pagar com seus fornecedores diversos. Sendo estes divididos entre fornecedores de Capex, que são os reforços estruturais de suas torres e os aluguéis devidos aos locatários.

13 Provisão para desmobilização

Os contratos entre a Companhia e os locatários dos espaços nos quais as torres e *roof tops* estão instalados, preveem que os custos de desmontagem e remoção dos itens e que a restauração do local é de responsabilidade da Companhia.

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para desmobilização	<u>100.730</u>	<u>81.559</u>
	<u>100.730</u>	<u>81.559</u>
	31/12/2017	31/12/2016
Movimentação da provisão		
Saldo inicial	81.559	70.099
Atualização monetária	10.647	9.732
Adição	<u>8.524</u>	<u>1.728</u>
Valor final	<u>100.730</u>	<u>81.559</u>

O valor justo da obrigação de desmobilização das torres é reconhecido no período em que os custos são incorridos, os quais são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos correspondentes às torres e amortizados durante a sua vida útil estimada. As estimativas de valor justo das obrigações para desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, e o seu registro no passivo é feito em decorrência do tempo, como despesa operacional. Adicionalmente, são realizados ajustes ao passivo da obrigação para a desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo imobilizado, quando aplicável.

14 Contingências

	31/12/2017	31/12/2016
Tributárias (i)	522	460
Cíveis (ii)	<u>169</u>	<u>29</u>
	<u>691</u>	<u>489</u>
	31/12/2017	31/12/2016
Movimentação da provisão		
Saldo inicial	489	59
Adição	<u>202</u>	<u>430</u>
Valor final	<u>691</u>	<u>489</u>

- (i) Referem-se à discussão de taxas cobradas para instalações de torres e encargos sociais sobre remuneração.
- (ii) A Companhia possui ações indenizatórias, com risco de perda classificado como provável por seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui outros processos cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 712 (R\$ 92 em 31 de dezembro de 2016), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2012, foi aprovado aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 261.368, mediante a emissão de 261.368.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação calculada de acordo com a legislação em vigor. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas, nesta data.

Em 29 de outubro de 2013 foi aprovada uma redução de capital no montante de R\$ 50.000 sem o cancelamento de ações. O valor da redução do capital social foi pago em janeiro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social era de R\$ 211.369 representado por 261.368.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva Legal

A Companhia apropriou, conforme definido pela legislação societária, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos mínimos obrigatórios

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social da Companhia é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, depois de atendidas as disposições legais, o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído entre os acionistas, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral. O pagamento de dividendos está limitado a certas cláusulas contratuais conforme nota 8 b.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2017, foram atendidos conforme quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	30.463
(-) Constituição de reserva legal	<u>(1.523)</u>
Lucro líquido ajustado	28.940
Dividendos mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>7.235</u>

Em 2017 a Companhia reconheceu o valor de R\$ 14.113 referente a juros sobre capital próprio, sendo seu valor líquido de R\$ 11.997. Os valores dos dividendos mínimos obrigatórios estavam imputados nesse valor.

d. Dividendos adicionais propostos

Os dividendos adicionais propostos são submetidos a aprovação em Assembleia Geral Ordinária (AGO), neste contexto, conforme requerido no pronunciamento técnico CPC 24, qualquer declaração de dividendo adicional ao previsto legal ou estatutariamente ou outra forma de distribuição de resultado que ocorrer após a data do balanço e antes da data da autorização de emissão dessas demonstrações não gerará registro no passivo da entidade na data do balanço, por também não representar qualquer obrigação presente nessa data.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante no valor de R\$ 1.552 foi mantido no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica “dividendo adicional proposto”.

16 Receita operacional líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas de locação de torres e roof tops	197.419	163.854
Impostos sobre receitas de locação	<u>(18.298)</u>	<u>(15.235)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>179.121</u></u>	<u><u>148.619</u></u>

17 Custos das locações

	31/12/2017	31/12/2016
Encargos de depreciação (Nota 7)	33.062	31.177
Manutenção e aluguel de solo	64.822	48.404
Créditos de impostos sobre depreciação	(2.763)	(2.596)
Outros	<u>366</u>	<u>21</u>
Custos das locações	<u><u>95.487</u></u>	<u><u>77.006</u></u>

18 Despesas gerais e Administrativas

	31/12/2017	31/12/2016
Salários, encargos e provisão de participação nos resultados (i)	7.283	5.608
Serviços de diversos	369	323
Despesas com aluguel	302	243
Despesa de benefícios a empregados	1.685	1.267
Despesas administrativas	588	682
Viagens e estadias	290	177
Contingências	202	436
Despesas tributárias	<u>25</u>	<u>47</u>
Despesas gerais e administrativas	<u><u>10.744</u></u>	<u><u>8.783</u></u>

- (i) As despesas com salários, encargos e provisões são alocadas na Companhia de acordo com os critérios de rateio de despesas da American Tower do Brasil descrito na Nota 9.

19 Resultado financeiro, líquido

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras		
Atualização provisão para desmobilização - Nota 11	(10.647)	(45.698)
Juros/custo sobre empréstimos e financiamentos	(31.894)	(9.732)
Outras	(196)	(164)
	(42.737)	(55.594)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	8.861	10.454
Outras	259	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(424)	(486)
	8.696	9.968
Resultado financeiro Líquido	(34.041)	(60.236)

20 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2017
Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.693
Resultado	793
	16.486
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.486

O ativo fiscal diferido é registrado para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. O ativo fiscal diferido tem a seguinte origem:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa circulante	-	186
Ativo não circulante		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa não circulante	663	663
Depreciação dos custos de desmobilização	9.406	6.213
Passivo circulante		
Provisão de compras, serviços prestados e aluguel	277	214
Passivo não circulante		
Provisão para desmobilização	28.924	18.277
Provisão de contingências	704	489
	29.628	18.766
Prejuízo fiscal	8.513	20.114
	48.487	46.156
Base cálculo do ativo fiscal diferido	48.487	46.156
Alíquota de IR/CS combinadas	34%	34%
Total	16.486	15.693

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	38.849	17.204
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	13.209	5.849
Diferenças temporárias não constituído ativo fiscal diferido	-	(12.546)
Outras diferenças permanentes	(4.823)	(4.992)
Total	8.386	(11.689)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:		
Corrente	9.179	4.004
Diferido	(793)	(15.693)
Total	8.386	(11.689)
Alíquota efetiva	22%	-68%

21 Instrumentos financeiros

a. Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(i) **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

(ii) **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

(iii) Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	90.904	82.971
Contas a receber	19.283	17.904
	110.187	100.875
Total	110.187	100.875

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor	Até	De	Acima
31.12.2017	Contábil	1 ano	2 a 5 anos	de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	10.367	10.367	-	-
Debêntures	310.053	59.061	305.084	80.704
31.12.2016				
	Valor	Até	De	Acima
	Contábil	1 ano	2 a 5 anos	de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	8.888	8.888	-	-
Debêntures	332.591	55.171	299.319	171.680

(v) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros podem impactar nos negócios da Companhia. A Companhia está sujeita ao risco de alterações da taxa de juros.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31/12/2017	31/12/2016
Equivalentes de caixa	90.452	82.901
Aplicações financeiras em garantia	14.581	13.670

(vi) *Análise de sensibilidade*

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento de 25% e 50% está apresentada a seguir:

	31/12/2017	CDI Provável	CDI 25%	CDI 50%
Aplicações financeiras	90.452	5.745	7.181	8.617
Aplicação financeira em garantia	14.581	878	1.097	1.316

O montante de R\$ 310.053 (100% do total) dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão indexados ao IPCA. A taxa atual do IPCA é 2,95%, a Companhia estima que se mantendo o nível atual deste indexador as despesas financeiras referentes à este financiamento totalizariam R\$ 29.675 nos próximos 12 meses, em caso de aumento no indexador de 25% ou 50%, a despesa financeira estimada para o mesmo período seria de R\$ 31.804 ou R\$ 33.946 respectivamente.

(vii) *Valor justo*

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

b. *Classificação dos instrumentos financeiros*

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo que os valores contábeis são idênticos ao seu valor de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo:

Descrição	31 de dezembro 2017				
	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
Ativo circulante					
Bancos	-	-	452	-	452
Aplicações financeiras	90.452	-	-	-	90.942
Contas a receber de clientes	-	-	18.249	-	18.249
Ativo não circulante					
Aplicação financeira em garantia	-	14.581	-	-	14.581
Contas a receber de clientes	-	-	1.034	-	1.034
Passivo circulante					
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	31.211	31.211
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	41.407	41.407
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	268.646	268.646

Descrição	31 de dezembro 2016				
	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
Ativo circulante					
Bancos	-	-	70	-	70
Aplicações financeiras	82.901	-	-	-	82.901
Contas a receber de clientes	-	-	17.288	-	17.288
Ativo não circulante					
Aplicação financeira em garantia	-	13.670	-	-	13.670
Contas a receber de clientes	-	-	616	-	616
Passivo circulante					
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	23.480	23.480
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	35.604	35.604
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	296.987	296.987

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

31/12/2017			
Descrição	Valor justo através do resultado	Custos amortizados	Nível
Ativos circulantes			
Aplicações financeiras	90.452	-	2
Ativos não circulantes			
Aplicações financeiras em garantia	14.581	-	2
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	-	41.407	2
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	-	268.646	2
31/12/2016			
Descrição	Valor justo através do resultado	Custos amortizados	Nível
Ativos circulantes			
Aplicações financeiras	82.901	-	2
Ativos não circulantes			
Aplicações financeiras em garantia	13.670	-	2
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	-	35.604	2
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	-	296.987	2

22 Arrendamento operacional

A Companhia arrenda suas Torres e roof tops sob arrendamentos operacionais. No final do período de relatório, os pagamentos mínimos futuros de arrendamento sob arrendamentos não canceláveis são recebíveis como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Menos de um ano	174.979	154.489
Entre um e cinco anos	822.939	733.103
Mais de cinco anos	80.243	122.599

23 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contratada pela controladora, contra risco operacional era composta por R\$ 7.326 para danos materiais e lucro cessantes R\$ 3.172 responsabilidade civil e riscos diversos.

* * *

Maria Cecília Fantinelli
CFO Brasil

Mauro Lemos
Contador - CRC 1SP152587/0-3